

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data: 12 de abril de 2016.

Horário: 9h às 11h45.

Local: Sala de reuniões Secretaria Municipal de Assistência Social - Timbó/SC.

ORDEM DO DIA

1. Aprovação das memórias anteriores.

Relatora: Beatriz Padilha.

Descrição: Solicitamos se todos haviam recebido os textos enviados por meio eletrônico, no que todos sinalizarão positivamente e posteriormente aprovaram as memórias apresentadas.

Situação: concluído.

2. Reformulação do regimento interno CGMAS:

Relatora: Beatriz Padilha

Descrição: Devido ao período de eleições municipais, teremos mudança na diretoria do colegiado, assim, a secretaria da AMMVI, que acompanha administrativamente o colegiado, buscou informações junto à secretaria executiva e assessoria de comunicação da entidade, a fim de fortalecer e enriquecer as atividades do colegiado e propõe que a nova diretoria seja composta por representantes nomeados pelo executivo municipal, não necessariamente o (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social. Os presentes na reunião concordam com o encaminhamento sugerido pela secretaria, contudo, se manifestaram solicitando que conforme a necessidade os Secretários Municipais de Assistência Social, sejam convidados para reunião.

✓ licença da presidente;

Conforme citamos no início deste item, devido à participação no processo eletivo de 2016 a presidente do colegiado, Deise Adriana Nicholletti Mendes, solicitou dispensa da função, ficando o cargo vago e necessitando de nova composição.

✓ composição.

Deliberação: Em eleição por aclamação, ficaram Janete Teresinha Frare Andreani – Assistente Social – Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no Município de Ascurra, como presidente e a indicação da vice-presidência ficou para o município de Gaspar, que enviaria posteriormente.

Situação: concluído.

3. Capacitação aos conselheiros tutelares.

Relatora: Beatriz Padilha

Beatriz colocou a preocupação quanto à efetivação das formações por todos os Municípios, considerando as dificuldades econômicas e o aporte de cada estrutura administrativa. Sendo refletido pelo grupo que a necessidade de capacitação independe da estruturação dos serviços, pois a estruturação é uma necessidade.

✓ Formação Egem:

A secretaria relatou situações ocorridas nos encontros semanais da Formação de Conselheiros Tutelares, que está acontecendo no pequeno auditório da AMMVI. Colocou que houve situação de desrespeito de participantes com a colaboradora que estava assessorando a formação em determinado dia, levando-a se sentir mal.

Narrou que todos os dias de formação, os cursistas não estão tomando o devido cuidado com a limpeza e conservação do ambiente, inclusive derrubando chicletes, salgadinhos e restos de comida, gerando bastante demanda na limpeza dos ambientes e causando prejuízos ao patrimônio da Associação que é de todos os Municípios. Informou que estes fatos, sempre que ocorre são levados ao conhecimento da Secretaria Executiva e solicitou aos participantes da reunião que compartilhassem a informação em seus Municípios, para que possam preservar a estrutura da Associação que beneficia a todos os associados.

✓ Sípia:

Na reunião anterior o colegiado deliberou que a AMMVI realizasse contato com a coordenação do sistema na Secretaria do Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e solicitasse capacitação individual para os Municípios do Médio Vale do Itajaí.

Em contato com a Senhora Lúcia Grisel, fomos informados de que o Estado não dispõe de pessoal e de recurso para capacitar os municípios. Relatou que devido sua saúde fragilizada tem viajado pouco, mas se a Associação colaborar com os custos, Lúcia estaria verificando junto a SST, a possibilidade de vir em Blumenau, mas para capacitar um conselheiro tutelar de cada município. Lembrou que possui vídeos no Youtube e que já foi realizada web conferências sobre o tema.

Colocamos que o colegiado citou esses eventos e, amparados no pouco retorno que estes modelos resultaram na prática diária de uso do SIPIA, por nossos conselhos tutelares, sugeriram a capacitação prática e individual por município.

Outro ponto tratado na conversa foi sobre as atualizações ou mudanças que estão sendo realizadas no sistema, pois, alguns comentam que a versão nova será incompatível e que não tem como capacitar agora os profissionais e logo esse sistema não será mais utilizado. Lucia Grisel foi incisiva ao dizer que será uma atualização, melhoramento do sistema e que o atual SIPIA, ficará a disposição para consulta.

Diante das dificuldades trazidas pelos municípios e impossibilidade relatada pelo Estado de vir realizar a capacitação do sistema nos moldes sugerido pelo colegiado, o grupo assim deliberou:

Deliberação: Que a secretaria formule com o auxílio da diretoria do colegiado, ofício ao Estado, direcionado a Secretaria de Estado da Assistência Social, solicitando a capacitação e caso negativo que este tema seja levado ao conhecimento do Ministério Público e ao ente federado responsável pela administração do SIPIA-CT/WEB. A gestora de Pomerode Loraine colocou a sugestão de que no ofício não seja apontado somente às dificuldades enfrentadas com o sistema, mas sim, sugerir formas de melhorar a capacitação e conseqüentemente o uso do SIPIA.

Situação: em aberto

4. Reunião Coegemas e CIB:

Relatoras: Maria Eunice e Beatriz

Descrição: O colegiado manifestou extrema preocupação no que se refere à forma que o Estado vem tratando a Política Pública de Assistência Social. Beatriz solicitou empenho dos gestores e secretários municipais na participação em reuniões do Coegemas e CIB, pontuando as dificuldades enfrentadas pelo não repasse de recursos de responsabilidade do gestor estadual e a deficitária organização administrativa e técnica para orientar, esclarecer e assessorar os Municípios. Colocou que obteve informações da reunião realizada em São Miguel d'Oeste, no dia 22 de março e não houve avanço, pois o gestor estadual, somente colocou que não havia orçamento para a Assistência Social até aquela data. Informou que, solicitou as demais Associações que se faziam presentes na reunião, para que o Coegemas elaborasse uma carta de manifesto, quanto a não definição orçamentária e demais atendimentos não realizados pelo Estado aos municípios.

Maria Eunice pontuou que o Coegemas, através da equipe técnica que se faz presente na CIB, tem sido incisivo nas cobranças frente ao Estado quanto ao cofinanciamento, contudo, não se teve êxito e os municípios continuam arcando sozinhos com os custos dos serviços ofertados aos municípios. Esclareceu que a equipe já tem realizado reuniões com os representantes governamentais, para a elaboração da Resolução de pactuação a ser discutida na próxima reunião da CIB, a realizar-se em 28 de abril, no Município de São José.

5. Alta complexidade:

Relatora: Beatriz

A secretaria tem recebido bastante informação e inclusive convites para participar de eventos que estão discutindo e importância de se organizar e executar o serviço de acolhimento familiar nos municípios.

O colegiado fez uma reflexão quanto à importância de fortalecer a cultura do acolhimento familiar e da compreensão de que os municípios não são obrigados a optar por uma modalidade.